

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011 (nº 176, de 2007, na Casa de origem)

1

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011 (nº 176, de 2007, na Casa de origem)	Emendas do Senado
Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.	
	EMENDA Nº 1 – CE/CAE
	Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011, a seguinte redação:
Art. 1º As instituições federais de educação superior adotarão critérios para isenção total e parcial do pagamento de taxas de inscrição nos processos seletivos de ingresso em seus curso, de acordo com a carência socioeconômica dos candidatos.	“Art. 1º
Parágrafo único. Será assegurado isenção total do pagamento das taxas referidas no <i>caput</i> ao candidato que comprovar cumulativamente:	§ 1º Será assegurada isenção total do pagamento das taxas referidas no <i>caput</i> ao candidato que comprovar cumulativamente:
	I – ser membro de família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
II - ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada;	II – ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou com bolsa integral em escola da rede privada;
I - renda familiar <i>per capita</i> igual ou inferior a um salário mínimo e meio;	III – possuir renda familiar <i>per capita</i> igual ou inferior a um salário mínimo e meio;
	§ 2º O benefício de que trata o <i>caput</i> também poderá ser concedido ao estudante membro de família que receba Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), nos termos do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.”
	EMENDA Nº 2 – CAE
	Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do PLC nº 62, de 2011, renumerando o atual art. 2º para art. 3º :
	Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no art. 1º desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der depois da publicação desta Lei.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	